

## **Paulo Portas adverte para pouca responsabilidade na nova lei da imigração**

Imigração em debate no CAELO

Paulo Portas adverte para pouca responsabilidade na nova lei da imigração

O Centro de Actividades Económicas de Loures e Odivelas (CAELO) foi palco de mais uma sessão temática organizada pela concelhia do Partido Popular. “Segurança e Imigração: causa ou efeito?” foi o tema de eleição e que trouxe Paulo Portas (ex-dirigente do PP) a Odivelas.

Evitar os extremos nas visões no que concerne ao fenómeno imigração – de novo na agenda da discussão política – foi uma das conclusões retiradas do discurso de Paulo Portas, num concelho conhecido pelo seu acolhimento a várias comunidades estrangeiras.

“Devemos evitar uma visão redutora do fenómeno Imigração: uma imigração zero é impossível, sobretudo numa Europa onde não há limites fronteiriços que impeçam isso, e uma imigração levada ao infinito também é um exagero, um erro com consequências graves”, afirmou.

Olhando o fenómeno como “algo normal, mas que não deve ser estimulado”, o ex-líder dos populares considera que “nenhum país se pode comportar como se fosse a Caritas do mundo”. Isto para não se cair no risco “de se prometer aos imigrantes um paraíso inexistente”, como por vezes acontece, advertiu.

Para Paulo Portas existe um factor primordial neste processo de entrada de estrangeiros no país: por um lado, o Governo tem de garantir condições de vida a quem procura Portugal para país de acolhimento; por outro, há que haver da parte do imigrante uma assimilação e cumprimentos das regras do país que o acolhe.

Governo prepara lei pouco responsável

Se de acordo com a lei de 2003 só podia ser candidato a receber um visto português quem provasse ter um vínculo contratual ou promessa de um, a actual lei da imigração, já prevê que esse contrato pode ter apenas em si um sentido expresso de intenção.

Esta passagem de vinculativas para indicativas das quotas abre precedentes perigosos, no entender de Paulo Portas.

"Se a quota é indicativa, quer dizer que pode ser ultrapassada. Se deixa de haver um requisito de dignidade, que é um contrato, significa mais uma vez uma abertura pouco responsável", salientou. Alertando, neste ponto, para a pressão migratória que poderá suscitar a adesão de dois novos Estados-membros à União Europeia: Bulgária e Roménia.

Daí que, para Paulo Portas, seja necessário “providenciarmos uma resposta

comunitária comum”, de forma a evitar que as regularizações extraordinárias tenham consequências graves para os países fronteiriços.

À intervenção de Paulo Portas, promovida pelo PP de Odivelas, assistiram os deputados Telmo Correia, Nuno Magalhães, António Carlos Monteiro, João Rebelo (último candidato do PP a Odivelas), Abel Baptista e o líder da Juventude Popular, João Almeida.

In *Novo Odivelas*  
17/10/06